

Os Jesuítas e a **RATIO STUDIORUM**

As raízes da formação de professores na Madeira

Jesus Maria Sousa

Universidade da Madeira

(2003). *Islenha*, 32, 26-46.

Qualquer tentativa de análise da formação de professores na Madeira, no sentido de busca do seu significado enquanto fenómeno, passa, em nossa opinião, pela imersão nas suas raízes históricas. Como diz M. Bloch (1976: 29-30), é difícil “imaginar uma ciência, seja ela qual for, que se possa abstrair do tempo. Contudo, para muitas daquelas que, por convenção, ainda o fragmentam em partes artificialmente homogêneas, o tempo não é mais do que uma medida. Sendo uma realidade viva e concreta volvida para a irreversibilidade do seu impulso, o tempo da história é, afinal, o próprio plasma em que banham os fenómenos, é como que o lugar da sua inteligibilidade.”

Sendo essa inteligibilidade necessária para a compreensão dos fenómenos actuais, procurámos chegar até ela a partir de respostas a questões tão simples como as que se seguem: “Quando surgiu a preocupação com a formação de professores em Portugal?”, “E na Madeira?”, “Porque surgiu essa necessidade?”, “Quando surgiu um primeiro *curriculum* de formação de professores?”, “Quais os traços de personalidade que se procuraram cultivar no professor de então?” São estas questões que nos conduzem para uma visão mais alargada, sempre procurando ultrapassar o instante, o momentâneo, a imagem simplesmente espacial e atemporal, a fim de nos colocarmos na perspectiva de F. Braudel (1984: 43) quando nos fala dos tais “tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens que não são apenas a substância do passado, mas o estofa da vida social actual.”

Recuemos então ao passado, situando a Madeira num contexto mais alargado, ultrapassando os limites geográficos que a encerram....

1. Um contexto gerador de necessidades de ensino

A formação de professores está inextricavelmente ligada ao ensino. Por isso quisemos mergulhar no tempo das primeiras tentativas de cobertura, ainda que incipiente, do ensino em Portugal. Importa, no entanto, compreender o seu aparecimento num contexto em que a ruptura com a teocracia medieval conflitua com a atracção pelo humanismo renascentista. Vejamos como surge este novo quadro de conflitualidade valorativa.

A queda do Império Romano do Oriente é academicamente tida como o marco que determina o fim da Idade Média e dá lugar à redescoberta e ao renascimento das culturas clássicas da antiguidade. Estas haviam estado simplesmente adormecidas, acomodadas e conformadas aos modelos cristãos; se a Escolástica servira para fundamentar os dogmas da fé cristã, o estudo dos textos originais gregos e latinos “faz acordar, de um sono antigo e esquecido, um tipo de homem que sentira e gozara a alegria da vida terrena, que soubera surpreender o poder criador e excitante da Natureza, que se enamorara de si mesmo, da sua beleza, da sua inteligência, da sua força.” (cf. Carvalho, R., 1986: 123). A ressurreição deste homem clássico, portador duma vontade própria e consciente das suas potencialidades tem, no entanto, de se confrontar com o homem medieval que se preocupa sobretudo com a salvação da sua alma. “Para este, o mundo apresenta-se como um lugar de expiação, um ‘vale de lágrimas’, triste morada, felizmente efémera, onde os seus pensamentos e os seus actos são objecto permanente de vigilância para não exceder os limites estabelecidos pelas regras de uma ética religiosa, inabalável e fria.” (cf. Carvalho, R., 1986: 123).

É neste novo quadro cultural, marcado por posições tão antagónicas, que surge uma onda de críticas implacáveis contra a Igreja Católica. Lutero afixa à porta da catedral de Wittenberg, em 1517, as suas 95 proposições contra o comércio das indulgências, pondo em causa a validade dos próprios dogmas. Excomungado pelo Papa Leão X em 1520, não se intimida, queimando mesmo em público a bula de excomunhão. Na Alemanha, alguns estados tornam-se protestantes enquanto outros se mantêm católicos, acabando Carlos V por reconhecer a divisão religiosa do país. Henrique VIII da Inglaterra proclama a Igreja Anglicana enquanto Calvino cria um credo diferente. A Igreja Católica fica extremamente abalada no seu prestígio secular, sendo-lhe retirada a posse de numerosos bens nos estados onde se estabelecera o protestantismo.

Por outro lado, as novas necessidades de informação e de cultura vêm demonstrar que o latim, como instrumento cultural único, não é suficiente: importa criar um outro veículo de ideias mais acessível às massas populares e burguesas despertadas para a intensa actividade económica destes séculos. Assiste-se então a uma forte vontade de substituição do latim pela língua nacional, patente em Portugal nos *Poemas Lusitanos* de António Ferreira e nos *Lusíadas* de Luís de Camões. As primeiras gramáticas portuguesas (*Gramática de Linguagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira em 1535 e *Gramática de Língua Portuguesa* de João de Barros em 1540) atestam igualmente esta preocupação. A *Cartilha* (1539) para aprender a ler e o *Diálogo em louvor da nossa linguagem* (1540) de João de

Barros demonstram bem a intenção do autor em fazer o elogio à sua língua materna. É assim que a língua portuguesa, ao descrever as acções dos Portugueses sob a pena de João de Barros, Gaspar Correia, Gaspar Frutuoso, Rui de Pina, Garcia de Resende, Fernão Lopes de Castanheda, Damião de Góis e tantos outros, vem também despertar, nos Portugueses, um sentimento nacional de orgulho ao mesmo tempo que assume o papel de mensageira da fé cristã.

Não se pode pensar que esta mudança se operou de forma linear e abrupta. “Querer substituir um instrumento cultural como este do uso do Latim que, pela sua difícil acessibilidade, distinguia e dignificava os homens que o cultivavam, por outro, colocado ao alcance de todos, era uma subversão de valores e, por isso, um perigo social.” (cf. Carvalho, R., 1986: 266). Os humanistas do Renascimento, ao defender a utilização das línguas vulgares, defendem também o ensino dum latim puro, expurgado de erros gramaticais e de pronúncia acumulados ao longo de séculos. Um dos primeiros livros impressos no nosso país é uma edição portuguesa da gramática latina, *Gramatica*, do espanhol Juan de Pastrana em 1497. Estando o interesse religioso e filosófico dos clássicos numa certa forma esbatida, o seu estudo vira-se para o aspecto linguístico. “Saber bem Latim e Grego, falado e escrito, expressar-se nessas línguas com desenvoltura, correcção e elegância, era insistente preocupação dos letrados do Renascimento. Ao conhecimento teológico como índice de cultura opunha-se agora o conhecimento linguístico.” (cf. Carvalho, R., 1986: 124).

Vive-se, ao mesmo tempo, um novo contexto delineado pela descoberta de outros mundos, pela tomada de conhecimento de novas formas de viver e de estar, um contexto caracterizado pela introdução da imprensa (em Portugal data de 1487) que vem oferecer naturalmente a possibilidade dum maior acesso a textos que dantes constituíam bens preciosos e exclusivos numa pequena minoria. É neste contexto que, por uma ou outra razão, tendo em conta ou a abertura a novos mundos ou a conservação e o reforço de verdades já consagradas que o ensino se impõe como uma necessidade.

2. O ensino ao serviço da Igreja

Em Portugal, a Igreja apetrecha-se de duas armas na defesa dos seus valores: a Inquisição e a Companhia de Jesus. A partir da entrada dos judeus fugitivos de Castela, de acordo com a ordem de expulsão ditada pelos Reis Católicos, em 1492, surgem os problemas de integração da minoria judaica. Iniciada sob o reinado de D. João II, a tentativa de assimilação dos Judeus é prosseguida pelo Rei D. Manuel que decreta a sua conversão forçada face à ordem de expulsão (1496); aliás, todas as sinagogas são fechadas, as antigas comunas perdem a autonomia e as judiarias são integradas na cidade. Os Judeus antigos, com melhor preparação intelectual, começam a ocupar os cargos mais importantes. Sabe-se, por exemplo, que somente após a conversão forçada, a universidade portuguesa, enquanto instituição canónica, ganha um novo alento, uma vez que até lá não eram admitidos Judeus. O surgimento numa nova classe economicamente activa provoca, no entanto, uma forte reacção

dos Cristãos de longa data que afirmam que os Cristãos novos continuam a ser tão Judeus, como dantes.

Se tinha havido uma certa tolerância destes dois monarcas face aos vestígios de judaísmo, já o mesmo não se pode dizer de D. João III, que insiste junto da Santa Sé para o estabelecimento do tribunal da Inquisição. Em 1536, Paulo III concede finalmente a aprovação da bula que autoriza a Inquisição em Portugal, provavelmente pelas pressões exercidas pelo Imperador Carlos V, o braço armado da Igreja Católica. Sob a acção do grande inquisidor (o Infante D. Henrique, o irmão mais novo do Rei, e nessa altura, arcebispo de Évora) funcionam as *mesas em* Lisboa, Coimbra e Évora e, a partir de 1566, em Goa. Denunciar delitos contra a fé fossem eles quais fossem ou outras práticas ligadas ao judaísmo é então considerado um dever moral inquestionável, sendo mesmo um crime a sua omissão. Mas os delitos de natureza religiosa ou de opinião contra a pureza da doutrina não são os únicos da competência deste tribunal uma vez que abrange igualmente as questões relacionadas com as práticas de bruxaria, adivinhações, sodomia e bigamia.

O país, marcado pela sua religiosidade, denuncia-se a si próprio durante dois séculos. Segundo uma nota datada de 1732 e utilizada pelo Marquês de Pombal, entre 1540, data do primeiro auto da fé, e o ano de 1732, são condenadas 24.522 pessoas, de entre as quais 1454 queimadas vivas. Pode fazer-se uma ideia de como esta acção repressiva, levada a efeito pela Igreja e durante um período de tempo tão grande, oprime toda a actividade intelectual em termos de opinião e de práticas confessionais. Se, em 1548, há uma tentativa de renovação, através do recrutamento em França dum núcleo de humanistas reputados que constituiriam o corpo docente do Colégio de Arte, sabemos que mais tarde são perseguidos sob suspeita de heresia. A Universidade, ela própria, põe-se à parte de todo o movimento de curiosidade mental, de debates suscitados pela descoberta de outros continentes, à excepção de alguns investigadores como Garcia de Orta, Duarte Pacheco ou Pedro Nunes...

O ambiente mental está completamente toldado pela preocupação duma defesa vigilante da ortodoxia tradicional segundo a qual toda a inovação é considerada como suspeita e perigosa. Diz-nos António Sérgio (in Saraiva, J. H., 1983: 469) que “nos domínios da cultura mental, a Inquisição suprimiu a possibilidade de um pensamento criador, suprimindo todos os germes do humanismo científico da grande época dos Descobrimentos: efeitos terribilíssimos, de que sofremos ainda hoje as desastrosas consequências.”

Mas a Inquisição não foi o único meio que a Igreja deteve para a sua cruzada para o restabelecimento da “paz e unidade do povo cristão”. Paulo III convoca um Concílio em Trento (1545-1563) donde, analisada toda a situação, saem conclusões no sentido do reforço das asserções teológicas já consagradas. Os decretos do Concílio de Trento, com uma larga representação portuguesa, foram transformadas em lei em Portugal, através do Decreto de 12 de Setembro de 1564. “Desejava-se uma autêntica milícia, um laborioso exército de homens de religião, que vivessem só para ela, no permanente alerta da prevenção combativa. O exército surgiu na hora própria. Chamou-se Companhia de Jesus e o seu comandante supremo foi Inácio de Loyola.” (cf. Carvalho, R., 1986: 283).

Esta ordem religiosa nasce dum pequeno embrião criado em 1534 por Inácio de Loyola em Paris, e é constituído por um grupo de estudantes (de entre os quais o português Simão Rodrigues) que se preparavam para realizar um trabalho missionário na Palestina. A eclosão da guerra entre a Veneza e os Turcos obriga Loyola a reformular o seu programa e a acrescentar a componente pedagógica à actividade missionária. A bula *Regimini militantis Ecclesiae* de Paulo III, de 27 de Setembro de 1540, confirma publicamente a existência jurídica da Companhia. O próprio Inácio de Loyola foi o primeiro Geral, tendo formulado as Constituições da Ordem na sua língua castelhana, depois de as ter submetido à apreciação de diversos religiosos que lhe deram a aprovação. A 21 de Julho de 1550, Júlio III confirma de novo a Companhia de Jesus com a bula *Exposcit debitum* a qual aprova a *Formula Instituti* de Inácio, já corrigida e enviada às diversas comunidades da Companhia. “Todo aquele que nesta nossa Companhia, que desejamos seja assinalada com o nome de Jesus, quiser militar como soldado de Deus debaixo da bandeira da cruz e servir ao único Senhor e ao Romano Pontífice, Vigário seu na terra, depois de fazer voto solene de castidade perpétua, assente consigo que é membro de uma Companhia, sobretudo fundada para de um modo principal procurar o proveito das almas na vida e doutrina cristã, propagar a fé pela pública pregação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e obras de caridade, e nomeadamente ensinar aos meninos e rudes as verdades do cristianismo, e consolar espiritualmente os fiéis no tribunal da confissão.” (cf. Rodrigues, F., 1931: 111). Estava, assim, dado o tom ao ensino a ministrar. É esta ambiência que chegará ao Reino de Portugal e, necessariamente, à Madeira também.

3. Os Colégios de Jesuítas no mundo: a “generalização” do ensino

Ao princípio, as casas dos Jesuítas, ou sejam, os Colégios, eram locais de residência para os jovens Jesuítas em formação. Mais tarde, a decisão de alargar o ensino aos estudantes não religiosos contribuiu de maneira decisiva para o crescimento extraordinário dos Colégios da Companhia de Jesus pela Europa fora, de Veneza, Génova, Milão, Florença, aos Reinos de Nápoles, Sicília, Córsega, Castela, Aragão, Catalunha, Valência, Andaluzia, Áustria, Boémia, Alemanha, França, Flandres, Irlanda e mesmo ao Oriente até ao Japão; mas nenhum lugar é tão receptivo como Portugal. “É afirmação dos próprios Jesuítas que Portugal foi o país onde encontraram melhores condições de prosperidade, embora os discípulos de Santo Inácio fossem iguais a si mesmos em qualquer lugar.” (cf. Carvalho, R., 1986: 359-360).

Em Portugal, a primeira notícia referente à existência da Companhia vem de Diogo de Gouveia, Reitor do Colégio de Santa Bárbara, em Paris. Havia então em Paris muitos Colégios para onde iam estudantes de todos os países, mas Santa Bárbara, colégio particular fundado em 1460, era de todos o mais conhecido. O Reitor português quis transformá-lo num verdadeiro viveiro de futuros teólogos, ganhando o interesse, para este projecto, do Rei D. João III que acordou em conceder bolsas de estudo aos estudantes do nosso país que aí se

deslocassem. O Colégio foi assim o berço da pedagogia jesuítica, um colégio onde a ordem e a organização estavam bem definidas, em oposição ao estado caótico dos colégios italianos da mesma altura, onde era possível aos estudantes faltarem às aulas, estando as salas quase desertas. Era o *modus parisiensis* preconizado por Inácio de Loyola, em oposição ao *modus italicus*. Aí estudaram Loyola e três dos seus primeiros companheiros: o português Simão Rodrigues de Azevedo, o saboiano Pedro Fabro e o navarro Francisco Xavier.

O Rei depressa se interessa por esta nova organização que tem por finalidade o apostolado e a conversão dos Povos “ímpios” das Índias. O primeiro grupo de missionários que chega a Portugal tem em vista daí partir para o Oriente. Francisco Xavier, Paulo Camerte e Francisco Mansilhas assim o fazem, chegando a Goa a 6 de Maio de 1542, enquanto Simão Rodrigues fica em Portugal, fundando as primeiras Casas e Colégios da Companhia. O antigo mosteiro de Santo Antão, na Mouraria, é a primeira Casa que os Jesuítas possuem no mundo inteiro (em Janeiro de 1542); em Coimbra, funda um Colégio junto da universidade a fim de dispensar a formação espiritual àqueles que pertencem à Ordem. No princípio, os estudantes recorrem à Universidade de Coimbra para obter o diploma, mas a pouco e pouco, passa o próprio Colégio a conceder os graus universitários e a criar as suas próprias escolas públicas onde são recebidos estudantes não jesuítas.

O Colégio de Gandia em Espanha é, no entanto, o primeiro a ministrar o ensino aos estudantes da Companhia (1546). Esse é o primeiro passo em direcção à afirmação dum estabelecimento de formação, uma vez que os debates filosóficos públicos impressionam as famílias da cidade, pedindo estes permissão para aí enviar os filhos para frequentar os cursos. Já os Portugueses em Goa haviam pedido em 1543 a Francisco Xavier, chegado um ano antes, professores jesuítas para o Colégio local de Diogo Borba. Também na Sicília, o Vice-Rei D. João de Vega, amigo pessoal de Inácio, tendo como finalidade a elevação do nível cultural e religioso da ilha, havia insistido junto do governo de Messina para pedir ao Geral da Companhia a fundação dum Colégio para a juventude da cidade. Inácio, num gesto magnânimo, envia dez Jesuítas muito bem escolhidos, entre os quais, Jerónimo Nadal, Pedro Canísio e André des Freux. Foi assim que a Companhia abriu formalmente o seu primeiro Colégio prioritariamente destinado a estudantes laicos, o Colégio de Messina, em 1548. O exemplo de Messina contamina a cidade de Palermo, e em Novembro de 1549, o Colégio de Palermo começa a dar aulas de gramática a 160 alunos.

Mas o mais ilustre de todos os centros de saber fundados por Inácio foi o Colégio Romano (1550); podemos mesmo considerá-lo como um modelo de todas as instituições pedagógicas jesuíticas. A 22 de Fevereiro, os Romanos lêem à porta dum simples edifício junto ao Capitólio: *Scuola di grammatica, d’humanità e di dottrina cristiana, gratis* (Escola de gramática, humanidades e doutrina cristã, gratuita). Este é o início do que Leonel Franca menciona como “uma espécie de Escola Normal Superior que preparava, de entre os estudantes da Ordem, os futuros professores, fornecendo-lhes os melhores métodos e pondo-os em contacto com os melhores educadores.” (cf. Franca, L. S.J., 1952: 10).

Em 1551, Inácio de Loyola escreve a Simão Rodrigues pedindo-lhe para criar o ensino público em várias cidades de Portugal, a começar por Lisboa, Coimbra e Évora. A primeira escola pública dos Jesuítas é aberta na já citada Casa de Santo Antão, em 1553, com grande sucesso. É a primeira vez que se propõe ensinar a título gratuito; por outro lado, a pedagogia utilizada é considerada inovadora para a época. Em 1553 também, os Jesuítas abrem um Colégio em Évora e mais tarde assumem a direcção da Universidade fundada pelo Cardeal D. Henrique. Por alturas da morte de Inácio, em 1556, havia doze províncias organizadas: Portugal, Castela, Aragão, Andaluzia, Itália, Alta Alemanha, Baixa Alemanha, França, Índia-Japão, Brasil e Etiópia. Sucessivamente, na província de Portugal, foram inauguradas classes de Latim em Braga (1560), Bragança (1561), Angra e Funchal (1570), Faro e Portalegre (1616), Ponta Delgada (1621), Luanda (1622), Santarém (1625), Porto (1630), Elvas (1645), Horta (1652), Setúbal (1655), Portimão (1660), Lisboa (Colégio S. Francisco Xavier, 1679), Beja (1690)...

Passemos, de seguida, à leitura sobre a influência da Companhia de Jesus na Madeira, distinguindo entre a actuação dos Jesuítas que cá chegaram e a preponderância dos Jesuítas madeirenses fora da Madeira.

4. Os Jesuítas na Madeira

Em 1566, a ilha foi ferozmente atacada por corsários franceses; segundo Simão Nunes Cardoso (século XVI) na sua "*Relação do Saco que os franceses fizeram na Ilha da Madeira no ano de 1566*", o primeiro choque entre os madeirenses comandados pelo Capitão Francisco Gonçalves da Câmara e os assaltantes deflagrou junto da Igreja de São Pedro durante mais de uma hora: As Irmãs do Convento de Santa Clara fugiram em direcção a um vale interior da ilha, o Curral, com uma Cruz bem levantada. Os franceses mantiveram-se onze dias na Madeira assaltando templos, casas e palácios, massacrando a população...

A Corte enviou imediatamente uma armada de socorro na qual vinham integrados os primeiros padres da Companhia: Francisco Varga, Francisco Gonçalves e Simão Tavares. Estes homens ganharam toda a confiança da população insular a quem acompanharam nos momentos mais difíceis. Era preciso cuidar dos doentes e feridos, enterrar os mortos, dar apoio aos sobreviventes... O sucesso desta acção e a influência exercida pelos Jesuítas madeirenses na Corte contribuíram de uma forma decisiva para a criação dum Colégio da Companhia no Funchal. De acordo com o decreto real de 20 de Agosto de 1569, os Jesuítas deviam procurar "a salvação das almas, a instrução das gentes e a pureza da Fé Católica."

Somente no mês de Março de 1570 é que chegaram ao Funchal os primeiros Jesuítas do futuro Colégio. Eles não entraram no Funchal logo de imediato pois tinha havido uma epidemia de peste em Lisboa por altura do seu embarque. Estiveram em quarentena junto às portas do Funchal, numa propriedade de Fernão Favila. O Colégio começou a funcionar nas casas do município, anexas à capela de São Sebastião (na actual Praça do Chafariz) e mais

tarde no sítio onde se elevava um dos palácios da família Torre Bela (hoje desaparecido). A comunidade abriu oficialmente as suas aulas no dia 6 de Maio de 1570, dia de São João Evangelista que passou a ser considerado, a partir desse dia, como patrono do Colégio.

As lições religiosas, denominadas “exposições de casos de consciência”, eram da responsabilidade do Padre Pedro Quaresma. Faziam igualmente parte da comunidade João Gonçalves, Fernão de Leão, Francisco Garcês, Francisco Pinto, Estêvão de Couto e Francisco Martins. O primeiro Reitor foi Manuel de Sequeira, tendo depois passado a Reitor do Colégio e da Universidade de Évora.

Mas só em Janeiro de 1572 é que os Jesuítas passaram ao pequeno albergue de São Bartolomeu (também na Rua dos Ferreiros - onde hoje se encontra o Ateneu Comercial do Funchal). Nessa altura, começaram a adquirir terrenos noutra parte do bairro, delimitado pelas Ruas dos Ferreiros, do Castanheiro e a antiga Rua do Ouvidor. Em 1578, a comunidade jesuíta organizou uma procissão para transportar o Santíssimo Sacramento da capela de São Bartolomeu para a nova capela de São João Evangelista, mais ou menos improvisada nas casas adquiridas na área onde se encontrava o actual Edifício do Colégio do Funchal. O Colégio começou a fazer nome tardiamente, apenas no primeiro quartel do século XVII, com as aulas do *Páteo*, onde se ensinava Teologia e Moral aos clérigos e Latim e Retórica aos laicos.

5. Os Jesuítas madeirenses

E o que dizer da influência exercida pelos Jesuítas madeirenses fora da Madeira? Debrucemo-nos sobre alguns desses nomes notáveis e a sua acção junto da Corte portuguesa.

Luís Gonçalves da Câmara, nascido no Funchal em 1518 e falecido em 1575, era filho do quarto Capitão-donatário do Funchal, João Gonçalves Câmara. Frequentou a Universidade de Paris depois de ter sido considerado pelos professores como o melhor aluno de Latim, Grego e Hebreu. Quando regressou a Portugal, D. João III nomeou-o professor da Universidade de Coimbra; na mesma altura, a Companhia de Jesus, à qual pertenceu a partir de Abril de 1546, levou-o a desempenhar os cargos mais importantes da organização. Teve mesmo a oportunidade de conhecer Inácio de Loyola em Roma. Depois da morte do Rei em 1575, foi escolhido pela viúva regente D. Catarina como responsável pela educação do neto Sebastião, quando o filho João morreu prematuramente. Foi ele quem se opôs a Sebastião no seu sonho temerário de conquista de África. De facto, foi depois da sua morte que Sebastião se lançou nessa impetuosa aventura que deixou, no fim, Portugal sem Rei e entregue ao domínio espanhol filipino durante os sessenta anos seguintes. Foi ele quem escreveu "*Diário das Acções de Srº Inácio de Loyola* " e "*Pratica a El-Rei D. João III sobre o Colégio de Coimbra*".

Martim Gonçalves da Câmara, irmão de Luís, exerceu o cargo de arcediogo do bispo de Lamego, reitor da Universidade de Coimbra, deputado do conselho geral do Santo-Ofício, escrivão real, conselheiro de Estado, etc. A intriga política fê-lo perder as boas graças do Rei (D. Sebastião). Retirou-se então para o Convento dos Jesuítas onde dedicou o resto da sua vida aos estudos religiosos e literários.

Leão Henriques nasceu na Ponta do Sol, em 1575. De ascendência nobre (filho de Dona Filipa de Noronha), estudou em Coimbra e depois em Paris onde conviveu com Inácio de Loyola. Foi confessor do Cardeal D. Henrique durante 24 anos. Diz-se que foi ele quem aconselhou o Rei-Cardeal a requerer dispensa dos votos para se casar. Foi também deputado do Santo-Ofício e reitor dos Colégios de Coimbra, Évora (o seu primeiro reitor) e Braga, para além de ter sido o Principal da Companhia de Jesus em Portugal.

Sebastião de Moraes, nascido no Funchal em 1534, foi o Provincial da Companhia e o visitador das províncias italianas. Foi também o confessor da Infanta Maria, neta do Rei D. Manuel, e seu acompanhante a Parma quando ela se casou com o príncipe Alexandre Farnésio em 1565. Em 1587 o Papa Xisto V confiou-lhe a Diocese de Funay, a primeira ser criada no Japão, mas essa foi uma tarefa que ele não assumiu porque morreu em Moçambique a caminho do Japão.

Marcos Nunes foi um educador de renome no Colégio do Funchal e na Universidade de Évora.

Manoel Álvares, nasceu na Ribeira Brava, em 1526. D. Ambrósio, o célebre bispo de Rusiona, conferiu-lhe as ordens sagradas em 1538. Só depois disso é que soube da existência da Companhia, partindo para Lisboa e depois para Coimbra para melhor aprender as línguas latina, grega e hebraica. Em 1553, voltou a Lisboa para dar aulas nas escolas públicas, no Colégio de Santo Antão. “Em poucos dias o número de estudantes aumentou tão desmesuradamente que 180 crianças já se encontravam na escola do futuro autor da gramática latina. Era impossível, escreveu Cipriano Suárez, que um só professor ensinasse convenientemente a um número tão grande de alunos, mesmo sendo um Manoel Álvares, homem de erudição e de diligência singulares, e aliás, trabalhador como ninguém” (cf. Rodrigues, F., 1931: 144). Mais tarde foi professor no Colégio das Artes em Coimbra e na Universidade de Évora. Foi o Geral jesuíta Francisco de Borja quem pediu ao Padre Manoel Álvares para redigir uma gramática latina a ser utilizada em todas as escolas da Companhia. Foi a célebre gramática latina "*De Institutione Grammatica Libri Tres*" que a "*Ratio Studiorum*" (o manual pedagógico do ensino jesuítico) impôs a toda a Ordem. Impressa em Portugal pela primeira vez em 1572 (ano da publicação de *Os Lusíadas*) ela foi utilizada quase até ao século XIX, tendo tido, desde o século XVI, mais de quinhentas edições totais ou parciais em diversas línguas.

Como vemos, ao mesmo tempo que se insinuavam junto da nobreza, introduzindo-se na Corte como conselheiros ou confessores dos reis, como preceptores de príncipes ou de

ministros, eram também responsáveis pela implantação de uma cultura religiosa, que iria necessariamente marcar o panorama educacional na Madeira.

6. *Ratio Studiorum* como orientação pedagógica

Extravasando, de novo, as fronteiras geográficas da Madeira, podemos imaginar como os Jesuítas, através da sua rede de escolas públicas espalhadas pelo mundo, ganharam um papel extremamente decisivo no campo da educação. O problema que se colocava então era o de uniformizar a organização curricular, os objectivos, os métodos de estudo e de trabalho, enfim, de normalizar o ensino ministrado às diversas escolas da Companhia disseminadas pelas suas províncias. Começaram, assim, a aparecer diversos planos e projectos; o de Aníbal de Coudret, em Messina, em 1551, que Polanco denomina de “Plano de Estudos de Messina” (*De ratione studiorum Messanae*) e três de Nadal. O primeiro foi datado de 1548 e intitulado “As Constituições do Colégio de Messina” (*Constitutiones Collegii Messanensis*); o segundo, de 1552, é conhecido como “Disposição e Ordem para os Estudos Gerais” (*De Studii Generalis Dispositione et Ordine*); e o terceiro, de 1553, chamava-se “Regras para os Estudos dos Colégios” (*Ordo Studiorum*).

Estes documentos são os primeiros esquemas de outros que se seguem, adaptações ou correcções, durante meio século, até à publicação do documento oficial definitivo de 1599, *Ratio Studiorum*. Este Plano resulta assim dum processo lento, exaustivo e fatigante, notabilizando-se a contribuição de Ledesma, o prefeito de estudos ideal, professor e director de estudos do Colégio Romano de 1557 a 1575.

Muitas das suas ideias foram inspiradas em Inácio de Loyola que, do Colégio Romano, foi orientando a actividade dos seus ‘filhos’ espalhados pelos quatro continentes. Com a sua própria mão ou por intermédio do seu secretário Juan de Polanco, escreveu cerca de 6 mil cartas que, juntamente com os Exercícios Espirituais, são os documentos mais importantes, onde está patente a defesa do ideal de santidade prioritariamente sobre a ciência ou outros dons humanos. Na IV parte das Constituições, expõe as suas ideias sobre a formação de escolásticos e a educação dos estudantes seculares, tendo em vista homens cultivados, de visão católica, capazes de participar com inteligência e entusiasmo na vida civil, cultural e religiosa da sociedade de então. Para isso, era necessário elaborar em detalhe as instruções relativas à sequencialização das disciplinas e ao método de estudos nos Colégios e Faculdades. No fundo, ele desejava uma *Ratio Studiorum* cuja missão seria a de ajudar aqueles que começavam a ensinar.

Mas o Plano de Estudos só é “democraticamente” trabalhado sob o governo do Geral Cláudio Aquaviva, quinto Geral da Ordem cujo governo é o mais longo da história da mesma, tendo subsistido ao longo de 33 anos (1581-1615). Em 1584, nomeia uma comissão de seis membros (João Azor de Espanha, Gaspar Gonzales de Portugal, Jacques Tirie da França, Pedro Busen da Áustria, Antonio Ghuse da Alemanha e Estevam Tucci da Itália) que

estuda em profundidade todo o imenso material pedagógico (estatutos, regulamentos de universidades e colégios, ordenações, relatórios de diferentes províncias, ...) acumulado ao longo de mais de 40 anos de experiência e procura codificá-lo. Em 1586, envia a *Ratio* a todas as províncias para ser discutida. As análises críticas são remetidas a Roma onde são detalhadamente analisadas e sintetizadas num novo documento (*Judicia e observationes*) sob a forma de regras para os directores e professores das diferentes classes e disciplinas dos Colégios que as tinham, entretanto, considerado imprecisas e prolixas. Em 1591, Aquaviva confia a três dos compiladores do ante-projecto (Tucci, Azor e Gonzalez) a revisão de todo o documento e envia-o aos colégios, sob a forma dum novo Plano (*Ratio atque Institutio Studiorum, Romae, in Collegio Soc. Jesu, anno Dni, 1591*), para um período experimental de três anos.

Finalmente, através da circular de 8 de Janeiro de 1599, o texto é promulgado para todas as escolas da Companhia de Jesus. O volume é reduzido para metade (*brevitas imperatoria*), em resposta às numerosas críticas relativamente à redundância das regras. Este Plano de Estudos oferece aos professores da Companhia um *curriculum* fixo e um conjunto coerente e graduado de objectivos e de métodos, desde as classes de Gramática até às de Teologia, que foram seguidas, quase sem alteração, até 1832, sob o nome de *Ratio Studiorum*. O título completo é *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*.

Foi esse documento original que nos deu acesso directo às normas e instruções para os directores e professores de todos os Colégios jesuítas. Em nossa opinião, se o ensino em Portugal e particularmente na Madeira se encontrava, no princípio do século XVII, quase totalmente nas mãos dos Jesuítas, e se, ao falarmos da *Ratio Studiorum*, falamos de uma orientação pedagógica bem precisa, pois o seu objectivo primeiro era o de normalizar o ensino conferido nas diversas escolas, consideramos então a *Ratio Studiorum* como o embrião da nossa formação de professores.

7. A organização administrativa da formação de professores

A figura da Companhia de Jesus mais elevada hierarquicamente era o **Geral**. Dividida administrativamente em Províncias que compreendiam algumas Casas e Colégios da Ordem e que podiam coincidir ou não com o território duma nação ou de parte dela, a Companhia tinha em seguida, na escala hierárquica, um **Provincial** para dirigir cada uma das Províncias; uma das suas funções era a de supervisionar a formação de “bons professores”. O **Reitor** era a figura central do Colégio; era ele quem dirigia as reuniões dos professores, mas o braço direito na orientação pedagógica era o **Prefeito de Estudos**. Dotado duma grande experiência no ensino, ele acompanhava toda a vida escolar com visitas periódicas às aulas- era ele quem formava e dava conselhos aos novos professores. Nos grandes estabelecimentos, com Faculdades Superiores e de Humanidades, o Prefeito dito Principal encarregava-se dos estudos superiores enquanto um auxiliar, o Prefeito dos Estudos Inferiores acompanhava os cursos respectivos. Por vezes, se o número de alunos o justificasse,

nomeava-se ainda um Prefeito de Disciplina a fim de ajudar o Prefeito de Estudos na manutenção da ordem e do bom comportamento.

A Regra 22 do Provincial aconselhava-o a ter, na sua Província, pelo menos dois ou três homens bem letrados *ad magistrorum seminarium fovendum*. Por outro lado, a Regra 6 do Prefeito dos Estudos Inferiores pedia-lhe o seguinte: “pelo menos de quinze em quinze dias, acompanhe o professor; veja se ele dá atenção suficiente à doutrina cristã; se progride como deve ser na preparação e repetição das lições; se se comporta, enfim, com distinção e rectidão nas suas relações com os alunos.” “De quando em quando, pelo menos uma vez por mês, assista às aulas dos professores; leia por vezes os apontamentos dos estudantes. Se vir ou ouvir alguma coisa que mereça um conselho, converse, com o professor, com delicadeza e afabilidade, após ter verificado bem do que se trata, se for necessário, exponha a situação ao Reitor.” (Regra 17 do Prefeito de Estudos).

A segunda Congregação Geral havia, já em 1563, formulado o princípio segundo o qual todas as Províncias deviam criar uma Academia ou Seminário pedagógico destinado à formação de bons professores. Em Portugal o Seminário funcionava no Colégio de Jesus em Coimbra, organizado pelo Jesuíta Cipriano Suárez, em 1569. Com efeito, ele menciona a formação de professores numa carta escrita em Roma: *"Del Seminario de Maestros que se a instituido aqui en Coimbra, V. Rev. avrá visto ja lá orden y reglas que tienen. En poco tiempo passam muchos libros y se van haziendo diestros y tomando modo de leer; y quando salen en publico, ya parecen con satisfacion y edificacion."* (cf. Rodrigues, F., 1917: 100).

8. As componentes da formação de professores

A **formação moral e religiosa** era a primeira preocupação da Companhia. O futuro professor jesuíta devia se consagrar à formação da sua alma durante dois anos. Para este tipo de formação, os exercícios espirituais desempenhavam um papel muito importante. De acordo com a tradução portuguesa de Vital Dias Pereira S.J., “são toda a forma de exame de consciência, meditação, contemplação, oração e todas as operações espirituais de acordo com o que se segue. Uma vez que as actividades como o passeio, a marcha ou a corrida são exercícios corporais, toda a forma de preparação e disposição da alma tendo em vista eliminar as afeições desregradas para buscar e encontrar a vontade divina para a salvação da alma se chamam ‘exercícios espirituais’.”

Os exercícios espirituais (durante quatro semanas) constituíam assim o primeiro passo dum caminho a percorrer em direcção a Deus. Para aí chegar, o futuro docente devia se libertar, antes de mais, de tudo o que impedisse a orientação do espírito e do coração ao apelo de Deus. Era preciso portanto que se conhecesse verdadeiramente no que respeitava os hábitos e as tendências próprias, que reconhecesse o pecado face a Deus. Era preciso pôr a inteligência e a liberdade ao serviço da vontade do Senhor, esquecendo a vontade pessoal de

cada um. Os principais inimigos eram a vaidade, o prazer, o interesse, a aversão; era preciso portanto purificar-se de todos esses sentimentos e “afeições desregradas” (cf. Loyola, I., tradução de Dias Pereira, V., 1983). Para esta análise introspectiva pressupunha-se que se aprendesse a conhecer o Homem. “Um educador é necessariamente um psicólogo. Como trabalhar o espírito da criança se não se lhe conhece nem as energias, nem os defeitos, nem os recursos maravilhosos?” pergunta A. Schimberg (1913: 40).

Depois disso, o jovem Jesuíta começava a sua **formação intelectual**, que pressupunha a existência duma formação básica que já tivesse dado ao estudante uma visão global do mundo. Esta visão era realizada através das disciplinas denominadas “artes liberais” que, na sua totalidade, constituíam um saber enciclopédico. As “artes” estudadas (chamadas liberais porque eram consideradas próprias da educação dum homem livre) eram sete, divididas em dois grupos que poderiam ser chamados de “letras” e “ciências”. O primeiro era composto de Gramática, Retórica e Dialéctica. O segundo era constituído por Aritmética, Música, Geometria e Astronomia. Era o *trivium* e o *quadrivium*.

Mas para a formação intelectual propriamente dita do futuro professor, era necessária a realização, no Colégio, dum curso humanista de cinco anos, correspondente a uma espécie de curso secundário (1º ano: Gramática Inferior; 2º ano: Gramática Média; 3º ano: Gramática Superior; 4º ano: Humanidades; 5º ano: Retórica).

Além disso, eram precisos ainda dois anos suplementares consagrados ao estudo profundo do latim, grego e hebreu (formação literária) e três anos ainda de formação filosófica para exercer o magistério (Regra 28 do Provincial). “A filosofia dava aos futuros professores uma visão orgânica da vida, fazia-os chegar à maturidade do espírito...” (Franca, L. S.J., 1952: 89).

Aqueles que estavam destinados ao Ensino Superior deviam consagrar-se durante quatro anos ao estudo da Teologia e mais dois ainda à disciplina em que se iriam especializar. A formação teológica era-lhes todavia dada só algum tempo depois da prática de ensino. Só aos 30 anos, mais ou menos, é que o professor Jesuíta terminava a sua formação intelectual.

Estava então preparado para começar a sua **formação pedagógica**, uma formação em exercício da profissão. A Regra 9 do Reitor determinava que os futuros mestres, quase no fim dos seus estudos académicos, deviam ser confiados ao *docendi peritissimo* (o perito na prática do ensino) que os ajudasse nos exercícios de exposição, ditado, escrita, correcção de deveres escolares, etc.

9. A formação de professores baseada em Regras

Temos feito, ao longo do artigo, algumas referências a Regras. De facto, a *Ratio Studiorum* constitui uma compilação de Regras de bem ensinar, como se pode ver pelo índice cujo quadro se insere.

A redacção destas Regras resultou da participação massiva dos homens do terreno e da experiência. Este plano de estudos foi somente promulgado depois de mais de meio século de trabalho (1548-1599) em numerosos Colégios disseminados pela Europa. Utilizou-se imenso material acumulado durante dezenas de anos; os melhores pedagogos da Ordem fizeram as suas críticas; voltou-se a enviar uma nova proposta para as províncias para que fosse posto em prática; tirou-se proveito das últimas sugestões dos homens do terreno; não foi senão depois que se promulgou definitivamente o documento. Tratou-se portanto dum processo muito participado, construído numa dialéctica teoria-prática de cuja falta muitas vezes nos queixamos nos nossos dias. A fim de se fazer uma ideia do conjunto de prescrições, aqui se junta o índice da *Ratio*.

Do conjunto de prescrições práticas e minuciosas, ressalta, acima de tudo, a intenção da *Ratio* em orientar o professor na preparação do seu ensino, baseando-se fundamentalmente no pedagogo clássico Quintiliano, no que respeita a grande parte da metodologia recomendada.

A base de toda a escolaridade era a aprendizagem do Latim, o elo de ligação da civilização europeia e de transmissão de toda a cultura superior. Todo o ensino era dado em Latim, sem qualquer iniciação à língua materna, reforçando, assim o papel da Igreja como entidade social bem delimitada que controlava a cultura e o acesso a ela. Mesmo a aprendizagem da língua materna fazia-se em Latim. Todos deviam falá-lo e escrevê-lo sem grande esforço; os livros, os apontamentos eram nessa língua. “Esforçai-vos para que se use o Latim entre os estudantes... Seria recomendável que os nossos alunos escrevessem cartas em Latim quando se nos dirigem...” (Regra 8 do Reitor). As peças de teatro eram igualmente representadas em Latim; mas as personagens e as indumentárias femininas eram proibidas. (Regra 13 do Reitor).

Regras do Provincial
Regras do Reitor
Regras do Prefeito (de Estudos Superiores)
Regras comuns a todos os Professores de Faculdades Superiores
Regras particulares dos Professores de Faculdades Superiores
Professor de Escrita
Professor de Hebreu
Professor de Teologia
Professor de Casos de Consciência (Teologia Moral)

Regras dos Professores de Filosofia
Professor de Filosofia
Professor de Filosofia Moral
Professor de Matemática
Regras do Prefeito de Estudos Inferiores
Regras dos Exames Escritos e dos Prémios
Regras comuns aos Professores das Classes Inferiores
Regras particulares dos Professores das Classes Inferiores
Professor de Retórica
Professor de Humanidades
Professor de Gramática Superior
Professor de Gramática Média
Professor de Gramática Inferior
Regras dos Estudantes da Companhia
Regras dos que repetem a Teologia
Regras do Bedel
Regras dos Estudantes Externos
Regras das Academias
Regras do Prefeito
Academia de Teologia e Filosofia
Regras do Prefeito desta Academia
Academia de Retórica e Humanidades
Academia dos Gramáticos
Ordenação para os Estudos Superiores

RATIO,

*A TQUE INSTITUTIO STUDIORUM SOCIETATIS JESU
INDEX REGULARUM*

A *prelectio* era o centro de instrução preconizada pela *Ratio*; ela visava o desenvolvimento da arte de expressão através do estudo dum modelo que os jovens docentes jesuítas aprendiam guiados pelos seus *docendi peritissimis*. Havia em primeiro lugar uma fase de explicação. Nas aulas elementares de gramática, após a leitura e o resumo do texto, o professor devia explicar e resolver as eventuais dificuldades de vocabulário, gramática, ordem e ligação entre as palavras. Mais tarde, eram levantadas questões a respeito da sintaxe, do estilo, da arte de composição, onde as ideias eram mais importantes do que as palavras. Aqui aprendiam-se noções de história, geografia, mitologia, etnologia, etc., da antiguidade clássica para melhor compreender o texto a estudar.

O professor devia levar o estudante a exercitar não tanto a memória como a imaginação e a razão: *Nulla re magis adolescentium industria quam satietate languescit* (Nada paralisa mais a actividade e o entusiasmo dos jovens do que o aborrecimento). *Ut excitetur ingenium*. “Ele observa, analisa as palavras, os períodos, os parágrafos, resume as passagens, compara, critica, adquire hábitos correctos de estudo, desenvolve o gosto por investigações posteriores tendo em vista a formação do critério duma apreciação pessoal.”

(Franca, L. S.J., 1952: 57-58). Uma vez terminada a fase da explicação, começava a fase da *compositio já* centrada sobre o estudante. Depois de ter contemplado e admirado o modelo, o estudante devia reproduzi-lo. *Imitatio est anima prelectionis*. Uma imitação servil, nos primeiros tempos, mas que se tornaria cada vez mais original e pessoal.

Este método exigia também um grande esforço de memorização por parte do estudante. “Todos os dias, excepto ao sábado e nos dias feriados, deve estar marcada uma hora de repetição para os nossos estudantes. Assim, um ou dois são avisados com antecedência para decorar e repetir a lição, durante um quarto de hora.” (Regra 12 do Reitor). “No fim do ano, será organizada a repetição de todas as aulas passadas...” (Regra 13 do Reitor). Os benefícios da repetição são continuamente realçados no discurso das Regras.

O teatro escolar era também uma actividade pedagógica privilegiada pelos Jesuítas, dando aos estudantes a oportunidade de se exercitarem duma maneira lúdica. Como dizia Bacon (citado por Franca, L. S.J., 1952: 72), “as declamações teatrais fortificam a memória, educam a voz, apuram a dicção, aperfeiçoam os gestos e as atitudes, inspiram confiança e domínio de si, habituam os jovens a encarar de frente as assembleias.”

Os jovens professores aprendiam também a suscitar a emulação, como uma das forças psicológicas mais eficazes. Era “a luta pela conquista de posições importantes na classe, pela disputa oral combativa, subtil e incansável, pelos prémios oferecidos aos estudantes mais dotados que os recebiam em cerimónias sumptuosas.” (Carvalho, R., 1952: 354). Inácio de Loyola fala-nos, nas suas Constituições (Parte IV. C. VI. 13K) de “santa emulação”. “Eu não tenho inimigos; tenho apenas adversários que respeito!” era a divisa dos seus combates de emulação. “Vi rivais a se darem ternamente, a se combaterem, a se vencerem e a se felicitarem, dia a dia; vi-os a se admirar, elogiar, aplaudir mutuamente com alegria, não podendo uns passar sem os outros: é que havia, nesta juventude generosa a mais nobre e pura emulação do bem e não a baixa inveja odiosa.” (Dupanloup, citado por Franca, L. S.J., 1952: 70).

Os futuros docentes aprendiam igualmente a dividir os alunos em dois grupos na classe a fim de se interrogarem mutuamente sobre a matéria, para pôr à prova as capacidades de argumentação, fazendo uns de advogados de defesa e outros de acusação; algumas vezes, imaginavam-se celebridades oratórias, gregas e romanas. Todos os dias repetiam as lições aprendidas na véspera e no fim de cada semana faziam as “sabatinas”. De quinze em quinze dias reuniam-se alunos de diferentes disciplinas na mesma sala a fim de se confrontarem, mostrando cada um os seus conhecimentos, recitando poemas, fazendo discursos ou argumentando... De quando em quando, estas actividades tornavam-se públicas, com grande afluência de gente ávida por assistir à exibição desses talentos.

Tal como os prémios, também havia castigos para os alunos. Inácio de Loyola determinou, nas suas Constituições, quatro níveis de castigo de acordo com a gravidade das situações e a idade dos infractores: advertências, recriminações, castigo corporal e expulsão.

Mas é preciso dizer que as Constituições enunciavam o princípio segundo o qual era preciso “tratar a todos com delicadeza, calma e caridade.” Os castigos físicos eram só aplicados nos casos mais graves e nunca pelo professor. *Ubi verba valent ibi verbera non dare*. Aliás, o professor da Companhia não estava autorizado a tocar no aluno com as próprias mãos, (*nunquam ipse plectat*). O Corrector era o funcionário encarregado de aplicar os castigos. As palmadas e as reguadas nunca deviam ser dadas na cabeça ou na cara, nem em lugares solitários, mas sim na presença de duas testemunhas. Os estudantes adultos não sofriam punições corporais mas admoestações, de princípio em privado, mas depois em público. No que dizia respeito ao controlo e à administração da disciplina, cada turma era dividida em grupos de nove ou dez alunos (as decúrias), sob a vigilância dum colega, o decurião, que devia observar o comportamento do grupo e comunicar às autoridades escolares as infracções cometidas.

10. O perfil do Professor

Do conjunto de Regras preconizadas para a formação de professores, importa extrair alguns traços que duma maneira ou doutra vão constituir parte do nosso repertório genético enquanto professores. Em primeiro lugar, há que ressaltar o conformismo e a obediência aos valores já preconizados, considerados imutáveis e inscritos na própria natureza das coisas, no culto a um ideal de permanência e de intemporalidade. Existe uma rigorosa vigilância em defesa das verdades consagradas. Os textos de referência eram sempre retirados dos registos que os monges haviam copiado, e nunca dos originais.

“Nas disciplinas de Teologia, só deverão aceder os que estão ligados a S. Tomás; os que se lhe opõem ou que são menos zelosos na doutrina, deverão ser afastados do magistério” (Regra 16 do Provincial).

“Não se devem dar todos os livros aos estudantes de Teologia e Filosofia, mas apenas alguns aconselhados pelos docentes e com o conhecimento do Reitor: S. Tomás para os teólogos e Aristóteles para os filósofos.” “Não se deve permitir que os nossos alunos façam uso de livros de poemas prejudiciais à honestidade e aos bons costumes, salvo se forem expurgados de factos e de palavras impróprias... Se a censura não for possível, é preferível não os ler para que a natureza do conteúdo não ofenda a pureza das almas.” (Regra 34 do Provincial).

“Se ouvirdes falar de algum autor que escandalize gravemente os católicos duma determinada região ou escola, não o ensineis.” (Regra 6 do professor de Teologia).

“Não basta fazer referência às opiniões dos doutores e calar a sua; defendei a opinião de S. Tomás ou então não vos refiraes a ela.” (Regra 13 do professor de Teologia).

“Nada mantém tanto a disciplina como a observância de regras. Portanto, a principal preocupação do professor deve ser a de que os alunos observem tudo o que está prescrito nas Regras e cumpram todas as prescrições respeitantes aos estudos: trabalharão melhor com a esperança de receber honrarias e prémios e receio de vergonha do que com castigos físicos.” (Regra 39 Comum aos Professores dos Estudos Inferiores).

Por outro lado, a novidade e a inovação são elementos de perturbação, desordem e mal-estar. A verdade é definitiva e absoluta porque colocada fora das contingências temporais e locais. Tudo está centrado sobre uma verdade revelada por Deus, que é preciso aceitar sem discussão, numa atitude de obediência e submissão incondicionais. Daí que a recusa à diversidade de opinião, mesmo em domínios não religiosos, fosse outro traço a cultivar nos futuros professores, conforme as passagens seguintes:

“Os professores que tenham tendência para a novidade ou para uma inteligência demasiado livre, devem sem dúvida ser excluídos do ensino.” (Regra 16 do Provincial).

“Mesmo que seja sobre questões sem perigo para a fé e piedade, não é permitida a introdução de matéria nova, sem que sejam caucionadas por um autor capaz ou sem consulta aos superiores...” (Regra 6 comum aos professores das Faculdades Superiores).

“Esforçai-vos com determinação para que os novos professores mantenham os mesmos métodos de ensino dos seus antecessores para que os estudantes externos não se queixem da mudança frequente de professores.” (Regra 5 do professor de Matemática).

“A prelecção deve apenas explicar os autores antigos e nunca os modernos. Será preferível que o professor fale com uma determinada sequência e preparação e que exponha o que escreveu, lendo todo o livro ou o discurso que preparou.” (Regra 27 comum aos professores dos Estudos Inferiores).

A ordem, a organização, a disciplina e o domínio da vontade são outras características de ordem pessoal a cultivar nos futuros professores através de um exercício mental, físico e religioso intensivo, prescrito em detalhe nos Exercícios Espirituais de Loyola. Estes exercícios dão conta dum conhecimento minucioso da natureza humana e das relações recíprocas entre os estados psíquicos e fisiológicos. O papel do Director dos exercícios era o de acompanhar e guiar o estudante apresentando-lhe os exercícios à medida que o estudante os executava. Em relação à ordem e à disciplina, a Regra 43 do Prefeito dos Estudos Inferiores, aconselhava-o a não tolerar armas, preguiça, corridas e gritos, nem a permitir juramentos ou agressões verbais ou gestuais.

“Mostra, para isso, os terríveis e justos castigos da prevaricação e a alma tremerá e se arrepiará. Há perigo que não se deixe sucumbir perante o horror do pecado e o medo da pena?” (Rodrigues, F., 1931: 109).

“Se acontecer qualquer coisa no recreio, restabelecei imediatamente a ordem e discorrei com o Reitor sobre o que pode perturbar a tranquilidade do pátio” (Regra 43 do Prefeito dos Estudos Inferiores).

“Fazei com que todos observem o silêncio e a modéstia: que eles não passem de um lado para o outro, nem mudem de lugar, nem passem presentes ou bilhetinhos, nem saiam da classe, principalmente dois ou mais ao mesmo tempo.” (Regra 43 do professor de Retórica).

A organização era igualmente evidente nas Regras dos exames escritos que assentavam sobre os seguintes passos: 1. Verificação da presença dos estudantes; 2. Duração da prova; 3. Preparação; 4. Forma; 5. Escolha de lugares; 6. Saída da sala; 7. Entrega dos

enunciados; 8. Assinatura do nome; 9. Conclusões da prova; 10. Tempo; 11. Apresentação nos exames.

A tudo isto é preciso acrescentar que os Jesuítas cultivavam o *savoir-faire* do cortês, as boas maneiras e a habilidade do bom diplomata, pois deles se esperava o seguinte:

“Esforçai-vos para que os estudantes se apresentem com dignidade na voz, no gesto e em toda a conduta” (Regra 32 comum aos professores dos Estudos Inferiores).

“Não vos reveleis mais familiares com uns do que com outros. Fora da classe, não faleis durante muito tempo, e apenas sobre coisas sérias e num lugar visível, nunca na classe, mas fora, à porta, no recreio, à porta principal do colégio...” (Regra 47 do professor de Retórica).

“Finalmente, com a ajuda da graça divina, sejais em tudo diligentes, pontuais, desejosos do progresso dos estudantes nas aulas como noutros exercícios literários. Não desprezeis ninguém e velai com a mesma atenção pelos estudos do pobre como do rico, e dedikai-vos de forma especial ao progresso de cada um dos vossos estudantes.” (Regra 50 do professor de Retórica).

Um extracto da terceira parte das Constituições pode bem resumir as características que se desejavam para o futuro professor Jesuíta:

“Que seja a vossa maior preocupação defender-vos de todo o tipo de desordem. Prestai atenção às portas dos sentidos, especialmente aos olhos, aos ouvidos e à língua. Dai disso provas, em silêncio, pela meditação e edificação das palavras, pela modéstia do olhar, gravidade do andar e em todos os gestos, sem mostras de impaciência ou orgulho. Procurai dar prioridade aos outros, a todos estimando interiormente e dirigindo-se-lhes exteriormente com todo o respeito e deferência que exige o estado de cada um.”

Em que medida os conhecimentos, as atitudes e os comportamentos do nosso professor se radicam no perfil aqui evidenciado? Rever-se-ão nos nossos dias os traços de personalidade que se pretendiam cultivar no professor Jesuíta de então? Quer seja para fundamentar ou contrariar os modelos actuais de formação de professores na Madeira, o que parece não levantar dúvidas é que a identidade profissional docente que pretendemos conquistar não pode fazer tábua rasa das raízes históricas aqui esboçadas.

Bibliografia

- AZEVEDO, P. L. G., S. J. (1913). *O Jesuíta. Fases duma lenda* (tomo II). Bruxelas: E. DAEM.
- BANHA DE ANDRADE, A. A. (1982). *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BEILLEROT, J. (1982). *La société pédagogique. Action pédagogique et contrôle social*. Paris: Presses Universitaires de France.

- BLOCH, M. (1976). *Introdução à História*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- BOUDON, R. (1991). *La place du désordre*. Paris: Quadrige/Presses Universitaires de France.
- BOUMARD, P. (1989). *Les savants de l'intérieur. L'analyse de la société scolaire par ses acteurs*. Paris: Armand Colin.
- BRAUDEL, F. (1984). *Écrits sur l'histoire*. Paris: Champs-Flammarion.
- CAMILLERI, C. (1985). *Anthropologie culturelle et éducation*. Paris: Délachaux et Niestlé.
- CARITA, R. (1987). *O Colégio dos Jesuítas do Funchal. Descrição e inventários* (vol. II). Funchal: Secretaria Regional de Educação.
- CARVALHO, R. (1986). *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CITRON, S. (1990). *Ensinar a História hoje: a memória perdida e reencontrada*. Lisboa: Horizonte.
- CLAUSSE, A. (1976). *A relatividade educativa: esboço de uma história e de uma filosofia da escola*. Coimbra: Livraria Almedina.
- DURÃO, P., S. J. (1956). *Santo Inácio de Loyola*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.
- ESTEVE, J. M. (1991). Mudanças sociais e função docente. In A. NÓVOA (Org.). *Profissão professor* (pp. 93-124). Porto: Porto Editora.
- FOUQUERAY, H. (1910-1915). *Histoire de la Compagnie de Jésus, en France des origines à la suppression*. (tomo 2). Paris: Picard et Fils.
- FRANCA, L. S.J. (1952). *O método pedagógico dos Jesuítas*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora.
- GAL, R. (1976). *História da educação*. Lisboa: Vega Universidade.
- GILES, T. R. (1987). *História da educação*. São Paulo: E. P. U./E. D. U. S. P.
- GOMES, J. F. (1984). *Estudos de História e de Pedagogia*. Coimbra: Livraria Almedina.
- GOMES, J. F. (1991). O “Ratio Studiorum” da Companhia de Jesus. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXV-II, 131-154.
- LOYOLA, I. (1975). (trad. de Joaquim Mendes Abranches). *Constituições da Companhia de Jesus*. Lisboa: Caminho.
- LOYOLA, I. (1983). (trad. de Vital Dias Pereira). *Exercícios Espirituais*. Porto: Livraria A. I.
- MARROU, H.-I. (1969). *História da educação na Antiguidade*. São Paulo: Herder.
- MARTINS, I. D. F. (1986). *Bibliografia do humanismo em Portugal no séc. XVI*. Coimbra: INIC e Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.

- NOVINSKY, A. (1989). Inquisição e heresias na ilha da Madeira. In *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira* (vol. I). (pp. 743-763). Funchal: Governo Regional da Madeira. Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração. D.R.A.C.
- NÓVOA, A. (1987). *Le temps des professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe-XXe siècle)* (vol. I e vol. II). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- NÓVOA, A. (1991). O passado e o presente dos professores. In A. NÓVOA (Org.). *Profissão professor* (pp. 9-32). Porto: Porto Editora.
- OLIVAL, F. (1989). A inquisição na Madeira: a visita de 1618. In *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira* (vol. I). (pp. 764-815). Funchal: Governo Regional da Madeira. Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração. D.R.A.C.
- Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu.* (MDXCVIII). Neapoli: Typ. Tarquinii Longi.
- RODRIGUES, F. (1931). *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal* (tomo I, vol. I). Porto: Apostolado da Imprensa.
- RYANS, D. G. (1960). *Characteristics of teachers*. Washington D. C.: American Council on Education.
- SARAIVA, J. H. (1983). Os cristãos-novos e a Inquisição. *História de Portugal (1245-1640)*. Lisboa: Publicações Alfa.
- SCHIMBERG, A. (1913). *L'éducation morale dans les collèges de la Compagnie de Jésus en France sous l'Ancien Régime (XVIe, XVIIe, XVIIIe siècles)*. Paris: Honoré Champion.
- SERRÃO, J. (Coord.). (1975). *Dicionário de História de Portugal*. Mirandela: Iniciativas Editoriais.